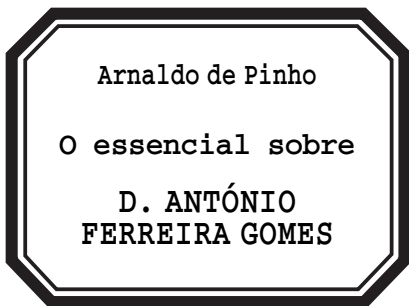


Arnaldo de Pinho

O essencial sobre

D. ANTÓNIO
FERREIRA GOMES

IMPRESA NACIONAL-CASA DA MOEDA



IMPRESA NACIONAL-CASA DA MOEDA

PARTE I

RAÍZES E PERCURSO

O Livro de Registo de Baptismos da Paróquia de Milhundos, pequena freguesia rural, debruada de pequenos vinhedos e terras de cultivo, subindo suavemente a média altitude pelas duas margens dum pequeno regato que a atravessa, o Cavalum, em terras de Arrifana do Sousa, hoje Penafiel, consignado para os anos de 1904 a 1907, regista, a folha 8, do ano 1906, um assento do teor seguinte: «Aos treze dias do mês de Maio de 1906, nesta Igreja parochial desta freguesia de Sam Martinho de Milhundos, concelho de Penafiel, Diocese do Porto, baptizei solenemente um indivíduo do sexo masculino, a quem dei o nome de António e que nasceu nesta freguesia de Sam Martinho de Milhundos, às quatro da manhã do dia dez do mês do Maio do ano de mil novecentos e seis e que é filho legítimo de Manuel Ferreira, lavrador natural desta freguesia de Sam Martinho de Milhundos e de Albina Rosa de Jesus, directora de casa, natural da freguesia de Sam João Evangelista de Guilhufe, e parochianos

da dita de Milhundos, moradores do lugar de Quintela da dita de Milhundos, neto paterno de António Ferreira e de Matilde Gomes Pacheco e materno de Joaquim Gomes Barbosa e de Ana Joaquina de Jesus. Foi padrinho António Ferreira, casado, lavrador e madrinha Matilde Gomes Pacheco, casados, os quais todos sei serem os próprios. E para constar lavrei em duplicado este assento que, depois de ser lido e conferido perante o padrinho comigo o assinou e não a madrinha por não saber escrever.»

Era uma família de nove filhos, sendo António o quarto, nascidos numa casa sólida e transmitida de geração em geração, com tradições de bem trabalhar, bem receber e bem conviver, como era costume das casas abastadas de Entre Douro e Minho, onde havia costumes rígidos, contas a horas e decoro honrado.

Algumas vezes com ternura se referiu D. António à sua infância, compreendendo a miséria imerecida do mundo rural em que «o essencial da política económica e da sociologia progressiva estava nas leis da desamortização» (discurso em Fátima, a 4 de Maio de 1957) ou evocando o velho professor Pardal, que lhe ensinou as primeiras letras, austero republicano e *ad abundantiam* anticlerical, como era de tradição. Durante o exílio, em Valência, corria o ano de 1959, recorda, numa carta para a mãe, as «jantaradas afogadas em gorduras e completadas com doces da festa», em Pieres, onde herdou uma quinta da fa-

mília, e o atravessar, a pé, o pequeno burgo de Penafiel iluminado.

A 16 de Outubro de 1916, o rapazinho de Milhundos, que tinha um tio padre e cónego, começou os estudos preparatórios, seguindo-se a Filosofia e a Teologia no Seminário da Sé e logo a seguir estudos na Universidade Gregoriana de Roma, que termina em 1928. Nesse mesmo ano, em Setembro, é ordenado sacerdote na Torre da Marca por D. António de Castro Meireles, bispo do Porto.

Depois de algum tempo como formador do Seminário de Vilar, veio a ser nomeado, por impedimento do seu tio, cónego Ferreira Gomes, em Janeiro de 1936, vice-reitor desta instituição de formação, sendo meses depois (15 de Junho de 1936) escolhido para cónego da Sé do Porto, juntamente com Manuel Valente, que vai ser toda a vida adversário da sua orientação pastoral e de D. Sebastião Resende, figura admirável de bispo, fundador da diocese da Beira e também ele adversário de Salazar, na longínqua colónia.

Quem algum dia, em tempo de formação, passou pelo Seminário de Vilar, terá notado duas pequenas frases que parece terem sido colocadas por este antigo director da casa. Uma rezava assim: «De joelhos diante de Deus, de pé diante dos homens.» E outra rezava: «Fostes resgatados por grande preço; não queirais tornar-vos servos dos homens» (1 Cor., 7, 23).

Foram cordiais as relações entre o cónego Ferreira Gomes e D. Agostinho de Jesus e Sousa, que tomara posse

da diocese em 15 de Agosto de 1942, vindo de Lamego, numa situação diocesana complexa. E em 23 de Janeiro de 1948, era pública a notícia da nomeação do penafidense para bispo coadjutor de Portalegre. Estando o bispo desta, D. Domingos Frutuoso, gravemente enfermo, competia a D. António, na prática, governar a diocese.

Recebeu D. António a ordenação episcopal na Sé do Porto em 2 de Maio, numa celebração presidida por D. Agostinho de Jesus e Sousa, bispo do Porto, acolitado por D. António Valente da Fonseca, bispo de Vila Real, e D. Manuel Maria Ferreira da Silva, bispo titular de Gurza. O diário católico *Novidades* falou, ao estilo da época, da grande «imponência da celebração». O novo bispo foi recebido em Portalegre em 29 de Maio.

Apenas entrado na diocese, o bispo coadjutor, ou devido à sua sensibilidade social agrária que lhe vinha das origens, ou certamente influenciado pela situação social do proletariado alentejano, começou a sonhar com o projecto de constituir, em base diocesana, uma associação de agrários que, tendo em fundo a doutrina social da Igreja, se debruçasse sobre os problemas do meio e tentasse resolvê-los à luz da inspiração cristã.

Não é, pois, de última hora a preocupação do «bispo do Porto» pela questão social. Curiosamente, quando alguém lhe perguntou, por altura da divulgação da «Carta a Salazar», porquê só agora se preocupava com os problemas sociais, respondeu tranquilamente: «Porque desde

que fui bispo, e pelo facto de o ser, assumi essa obrigação pública.»

Nessa altura, afirmava o bispo coadjutor de Portalegre que o «proletário» criado pelo liberalismo histórico, com o capitalismo em economia e o agnosticismo em cultura, só conhecia valores económicos. Diferentemente, apontava a necessidade de ter em atenção os valores morais.

Em finais de Março de 1949, o proprietário e engenheiro agrónomo José Pequito Rebelo, figura bem conhecida, enviava ao bispo de Portalegre um apelo em vista à formação da irmandade dos proprietários alentejanos de Lisboa, pedindo que advogasse esta causa junto dos bispos de Évora, ao tempo D. Manuel da Conceição Santos, e de Beja, ao tempo D. José do Patrocínio Dias, a fim de cumprirem os deveres sociais que lhes incumbiam.

D. António fizera alguns reparos ao projecto de Pequito Rebelo: que era o bispo mais novo do Alentejo, que tinha urgências pastorais intra-eclesiais, como a construção do seminário, que a associação não deveria pensar apenas nos absentistas.

Lendo esta missiva, Pequito Rebelo fazia uma afirmação que, certamente, não seria a última, outras viriam a surpreender o prelado novato: que não valia a pena pôr de pé a associação como a concebera. E revelava que ele e o grande bispo D. Manuel da Conceição Santos tinham, anos antes, tentado já uma empresa do género. Mas o projecto fora embargado, seguramente pelos absentistas.

Corria o ano de 1949, primeiro do bispo novo.

D. António não desistiu da ideia, ao que parece, embora seguramente tenha mudado o projecto. De facto, em 1951, a Acção Social Agrária nasce, como associação canónica, ao abrigo do artigo III da Concordata, sendo seu animador o engenheiro Nuno Vaz Pinto.

Nesse ano de 1951, nasce também, apadrinhada pelo bispo da diocese, uma Fraternidade Operária, que teve inauguração solene a 8 de Abril de 1951, com a participação de operários vindos de toda a diocese.

O TEMPO DO BISPO DO PORTO

No dia 10 de Outubro de 1952, D. António entra na diocese do Porto, não sem antes oferecer à matriz a cruz peitoral que lhe havia sido oferecida pela cidade de Castelo Branco. Gesto simbólico de alguém que, pela sensibilidade e pela inteligência, ficou sempre muito ligado a estas terras, de que sempre falou com uma admiração e um carinho que nunca usou para nenhuma das outras gentes.

O diário católico *Novidades*, de 13 de Julho de 1952, comentava deste modo a notícia da nomeação de D. António: «Recai tão alta nomeação pontifícia num Prelado Ilustríssimo que, pela sua cultura e pelos seus serviços prestados à Igreja, é justamente considerado dos maiores valores do episcopado português [...] Bispo moder-

no, no mais puro sentido da palavra, soube ter, por vezes, a audácia dos grandes lutadores, defendendo, por todos os meios, os tesouros do património cristão, o direito e a honra do rebanho aos seus cuidados confiado.»

Ao entrar na diocese, na Sé, dirigindo-se aos seus diocesanos, afirmava: «Sois a nossa herança, a nossa sorte, o cálice inebriante dos nossos sacrifícios e dos nossos entusiasmos, nas horas do Getsémani e nas horas do Tabor... Não devemos preocupar-nos com a nossa sorte ou com a nossa Fama — isso é convosco. Temos muito que nos preocupar com a nossa obra.

E a nossa obra é-nos imperativamente confiada pela voz de comando dos nossos venerandos predecessores — tantos e tão grandes, desde as remotas eras paleocristãs, que não nos atrevemos sequer a mencionar algum. Também nós pessoalmente esperamos recolher a herança dos maiores e não deixar perder dela, ao menos por cobardia ou comodismo, alguma migalha, quaisquer que possam ser as consequências.»

Palavras proféticas que D. António iria provar na prática. Recordava o bispo muitas vezes, em público e privado, as palavras dum padre da Igreja: «Episcopatum quod est martyrium [O episcopado que é um martírio].» E quando regressou a Portugal, no fim do exílio, entre o rosto cabisbaixo de alguns e a alegria triunfalista de outros, o seu comentário foi simples: «O que custa é ser bispo.»

Curiosamente, ao corresponder às palavras de saudação, na entrada no Porto, do presidente da câmara, o bispo, que apenas entrava, assinalou: «Nós, os homens da Igreja, somos os homens da liberdade. Mas hoje a liberdade tem-se proclamado sem finalidade. O Porto deve alcançar o pendão da liberdade, mas lembrando-se de que a liberdade é a pessoa humana e a pessoa humana é a liberdade.»

O destino da liberdade humana, em seus confrontos concretos e históricos, mas sempre enraizada numa concepção personalista do homem em sociedade, é o pano de fundo de uma doutrinação que termina com o exílio de 1959. Cumprira-se um destino de proclamação da liberdade cristã e de dar a vida por ela, testemunho, martírio, porque o que custava era ser bispo.

Uma das primeiras iniciativas públicas tomadas pelo bispo do Porto, com eco na opinião pública, foi a manifestação promovida a propósito da situação da perseguição religiosa dos católicos na Europa do Leste. Era o 25 de Janeiro de 1954.

Na sessão, que integrou uma marcha de silêncio que percorreu as ruas centrais do Porto, com a presença do bispo auxiliar de Aveiro, D. Domingos da Apresentação Fernandes, usaram da palavra, além de D. António, o Prof. Engenheiro Correia de Barros, o Prof. Daniel Barbosa, o Dr. Fernando de Matos e a Dr.^a Leonor Guedes de Almeida. A comissão central do chamado «Movimento Nacio-

ÍNDICE

Parte I — Raízes e percurso	3
O tempo do bispo do Porto	8
Da impossível pastoral colectiva ao trabalho de intervenção solitária	17
O regresso ao Porto e os problemas da sociedade portuguesa	24
O 25 de Abril e a teorização e prática da democracia	31
Por uma democracia aberta aos valores e à transcendência	35
Parte II — Os fundamentos doutrinários	41
A doutrina social da Igreja	43
A sociedade e o Estado	45
Pessoa, graça e cultura	49
O serviço da Igreja à sociedade	56
Conclusão: crónica dum amor à verdade	58
<i>Bibliografia essencial</i>	62

Composto e impresso
na
Imprensa Nacional-Casa da Moeda
com uma tiragem de oitocentos exemplares.
Orientação gráfica do Departamento Editorial da INCM.

Acabou de imprimir-se
em Março de dois mil e quatro.

ED. 1009861
ISBN 972-27-1317-5

DEP. LEGAL N.º 207 863/04